



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

O MUNICÍPIO, por intermédio da PREFEITURA DE MUZAMBINHO, MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.668.624/0001-47, neste ato representado pelo Pregoeiro designado pela Portaria nº. 88 de 10 de Abril de 2014 leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do disposto na Lei no 10.520, de 2002, no e Decreto Municipal nº. 1483/2005 no que couber na forma do disposto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, subsidiariamente nas normas da Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores e nas demais condições previstas neste Edital e seus Anexos, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº032/2014, PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0019/2014- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0465/2014 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DATA DE ABERTURA: 15/07/2014

HORÁRIO: Fase 01- Das 09:00 às 09:30h-Início do credenciamento com a entrega dos envelopes 01 e 02

Fase 02 - Das 09:30 às 10:00h - Abertura das propostas de preços para análise.

Fase 03 - As 10:15h - Abertura da fase de lances. Logo após serão abertos os envelopes da documentação dos proponentes vencedores.

LOCAL: Prédio da Prefeitura de Muzambinho - MG, Sala de Licitações, Rua Fausto Martiniano,25 – Centro - Muzambinho/MG.

I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste edital a futura e Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos padronizados destinados a: Secretaria M. de Agricultura (SIM- Serviço de Inspeção Municipal) , bem como a Secretaria Municipal de Fazenda (Arrecadação e Fiscalização) ,conforme discriminado no edital e seus anexos

II – DOS QUANTITATIVOS

2.1. As especificações do objeto, constam no Anexo I que é parte integrante deste Edital.

2.2. O(s) produto(s) indicado(s) no Anexo V é estimado e serve como referência, podendo o Município acrescê-lo ou suprimi-lo nos termos da Lei Federal Nº 8666/93 em conformidade com suas necessidades.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) estejam sob regime de concordata ou falência;



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.1. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

3.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile) autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pela Divisão de Licitação ou pelo Pregoeiro ou a quem o mesmo designar da Equipe de Apoio.

3.4. O representante legal deverá apresentar-se ao pregoeiro, na data, hora e local estipulados neste instrumento convocatório munido dos seguintes documentos:

- a) Procuração Específica (credenciamento)
- b) Envelope nº1 – Proposta de Preços
- c) Envelope nº2 – Documentos Habilitatórios

IV – DA SESSÃO DO PREGÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO em data e hora, especificada neste Edital, dando início ao credenciamento e identificação dos representantes dos proponentes;

4.2. Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único do proponente participante, deverá apresentar-se ao Pregoeiro, quando convocado para credenciamento, devidamente munido de documento de identidade, observando o que se segue:

4.3. O representante legal do licitante deverá comprovar a sua legitimidade para o exercício da função mediante apresentação de documento da empresa (contrato social, registro de firma individual, etc.) ou procuração, da qual deverá constar a outorga de poderes necessários para formulação de propostas e a prática dos demais atos inerentes ao Pregão, inclusive de dar lances, devendo esta vir acompanhada dos documentos de constituição da empresa.

4.4. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo IV.

V – DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto Municipal 1843/2005, subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com este edital e seus anexos.

5.2. Na data e hora aprazadas, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deverá credenciar-se junto ao pregoeiro na forma dos itens 4.2, 4.3.

5.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e especificações técnicas, se for o caso (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do ENVELOPE Nº 1.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4. Após o pregoeiro declarar a abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.

5.5. No ato de encerramento da sessão serão devolvidos os envelopes de habilitação fechados e lacrados, das licitantes participantes e não vencedoras do certame, desde que não tenham sido interpostos recursos ou após manifestação expressa do desejo de não recorrer ou ainda após o julgamento dos mesmos.

5.6. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto a seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

VI – DAS PROPOSTAS (Envelope 1)

6.1. As licitantes deverão apresentar envelope lacrado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

A
PREFEITURA DE MUZAMBINHO
PRAÇA PEDRO DE ALCANTARA MAGALHÃES, 253 - CENTRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2014 -
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0465/2014
ENVELOPE “01” – PROPOSTA DE PREÇOS

6.2. As propostas, em envelope fechado, deverão ser digitadas, datilografadas ou impressas em formulário contínuo da empresa, ou na forma do modelo de proposta fornecido pelo edital, redigidas em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito, estando incluídas todas as despesas com fretes, impostos, embalagens, seguros e outras porventura existentes.

6.3. prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data prevista para a abertura das propostas;

6.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

6.5. Solicita-se que os interessados façam constar em suas propostas a indicação da conta bancária (banco, agência e número da conta), bem como endereço eletrônico e o nome dos responsáveis, para fins de contatos futuros.

VII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) apresentarem preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d) apresentarem proposta alternativa.
- 7.2. Serão proclamados, pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço unitário, definido no objeto deste edital e seus anexos, e em seguida, as três propostas com melhores ofertas, conforme disposto no art. 8, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão Presencial;
- 7.3. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor;
- 7.4. O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem crescente;
- 7.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último desconto apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- 7.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior desconto e o valor estimado para a contratação;
- 7.7. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital, exclusivamente pelo critério de Menor preço unitário; pelos serviços constantes no Anexo V .
- 7.8. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- 7.9. Sendo aceitável a proposta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias:
- 7.10. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital efetuada por menor preço unitário.
- 7.11. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital;
- 7.12. Nas situações previstas nos subitens 7.6, 7.8 e 7.11, o pregoeiro poderá em ato público negociar em público diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- 7.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, grupo de apoio e os proponentes presentes;
- 7.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;
- 7.15. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta;
- 7.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos;



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.17. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e, não havendo lances, o desempate se fará por sorteio;

7.18. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação;

7.19. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou a mesma tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, esta será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.20. Quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para tal, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 7.11 e 7.12;

7.21. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope lacrado contendo no frontispício os seguintes dizeres:

A
PREFEITURA DE MUZAMBINHO
PRAÇA PEDRO DE ALCANTARA MAGALHÃES, 253 - CENTRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2014 -
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0465/2014
ENVELOPE "02" – HABILITAÇÃO

8.1.1 Para habilitar-se a esta licitação, o Licitante deverá apresentar a seguinte documentação desde que possua a mesma linha de fornecimento do objeto licitado.

8.1.1. 2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) Cópia da cédula de identidade do titular e/ou sócios da empresa.

B) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, sendo que, no caso de sociedade por ações, o mesmo deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

C) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

D) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada do documento comprobatório da Diretoria em exercício.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

A documentação exigida nas letras B, C e D ficará dispensada para as empresas que as apresentaram na fase do credenciamento.

8.1.1.3 - REGULARIDADE FISCAL

A) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ); com CNAE compatível com o objeto licitado.

B) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Decreto nº 6.106/07).

C) Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, comprovada através de apresentação do Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

D) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), comprovada de acordo com o disposto no Decreto nº 6.106/07.

E) CNDT - Regularidade Fiscal e Trabalhista. (Lei 12.440 de 07/07/2011)

F) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal.

8.1.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A) Atestado de capacidade técnica e ou fornecimento, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove estar a mesma executando ou ter executado de forma satisfatória, **atividade relativa a este Pregão**. O documento deverá conter o nome, o endereço e o telefone do atestador, para que a Pregoeira, caso entender necessário, possa manter contato com a entidade atestante.

8.1.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

A) Certidão Negativa válida referente à Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante com validade de 60 dias da data de emissão da mesma.

B) Balanço patrimonial, na forma do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

1- Cópia autenticada das páginas do Livro Diário, nas quais constem o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrado no órgão competente. **Lembramos que as vias destes documentos deverão conter assinatura e carimbo do Contador e do Representante Legal da empresa;**

2- As empresas que utilizam a escrituração contábil digital deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de

6



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED), e Recibo de entrega de livro digital junto a Receita Federal;

3- As empresas recém constituídas, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador;

4- As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial a declaração de imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício.

8.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3 - Em se tratando de ME ou EPP e havendo alguma restrição **na comprovação da regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5 - Excetuando-se os documentos emitidos pela internet, todos os demais deverão estar acompanhados do original, autenticados por cartório competente ou publicados em órgão da Imprensa Oficial. Os documentos emitidos pela internet serão as certidões emitidas pelos órgãos da Administração Fiscal Tributária, conforme art. 35, inciso I, da Lei nº 10.520/02. No caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados.

8.6 - Para fins de habilitação, a licitante vencedora deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

a) Declaração, assinada por quem de direito, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação no presente certame licitatório e de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

8.7 - No dia da abertura dos envelopes, a documentação referente a regularidade fiscal (Certidões Negativas) deverá estar no prazo de validade.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.8 - As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior, salvo o disposto no item 8.3

8.9 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile), publicação em órgão da imprensa oficial, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo IX – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregoeiro.

9.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos na Lei Federal Nº 10.520/2002, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro.

9.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

9.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que preferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo da Prefeitura, observado o disciplinamento do item 9.3.

9.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura.

X – DA ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pelo Prefeito, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária, para o exercício de 2014:



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

02.12.122.0401.2.172.3390-39;02.06.04.123.0410.2.040.3390-39

XIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O licitante ao qual for adjudicado o objeto do certame será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme minuta anexa, parte integrante deste Edital.

13.2. O termo da Ata de Registro de Preços a ser firmado entre o Município e a(s) empresa(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s), terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Lei Federal Nº 8666/93, caso seja de interesse do município.

XIV – FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

14.1. O prazo para execução do contrato será até 31/12/2014, a contar da assinatura, e emissão da Ordem de Serviço, obedecerá as especificações e normas constantes neste Edital.

XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. Sem prejuízo das disposições previstas em lei, compete à contratada:

15.1.1. Efetuar o fornecimento dos serviços objeto da presente licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades dos mesmos. Aos materiais que apresentarem defeitos ou deficiência na sua qualidade serão devolvidos.

15.1.2. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou proposto à contratante ou ainda a terceiros.

15.1.3. Demais obrigações são aquelas previstas nos anexos deste Edital.

XVI – CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. Para execução do objeto desta licitação, o adjudicatário deverá atender ao especificado no Anexo I – (Termo de Referência) parte integrante deste Edital.

16.2. As despesas diretas e indiretas, inclusive frete e impostos atualmente devidos por lei correrá por conta do adjudicatário.

16.3. O adjudicatário deverá se comprometer na ata de julgamento a providenciar a execução do serviços no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas após a emissão da ordem de serviço correspondente.

16.3. Resguardar garantias do Código de Defesa do Consumidor para execução do objeto.

XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento devido ao contratado será realizado mensalmente contra apresentação da Nota Fiscal, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento da obrigação. A Nota Fiscal deverá dar entrada no Setor de Compras da Prefeitura de Muzambinho.

17.2. A Nota Fiscal/Fátua deverá constar o(s) número(s) da(s) ordem(ens) de fornecimento parcial(is) emitida pelo Departamento de compras desta Prefeitura.

17.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a Fatura, cópia do comprovante respectivo.

XVIII – FISCALIZAÇÃO

18.1- Caberá à contratante, através de um representante nomeado pelo órgão solicitante, exercer a fiscalização sobre os serviços executados, quando de seu recebimento, recebendo-os provisória e definitivamente consoante o disposto no inciso II, alíneas “a” e “b” do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

XIX– DAS PENALIDADES

19.1. O atraso injustificado na execução do objeto constante neste edital sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços à multa de mora calculada sobre o valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

19.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a contratante poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.

a) advertência por escrito, quando a contratada deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração Municipal;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado contratado;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Muzambinho, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor financeiro da Prefeitura de Muzambinho, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

19.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Prefeitura.

XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

20.2. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital.

20.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

20.4. O Pregoeiro poderá, no interesse da Prefeitura de Muzambinho, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

20.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pela Prefeitura de Muzambinho, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

20.6. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICA

Anexo II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

Anexo III – MODELO DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Anexo IV – MODELO CREDENCIAMENTO

Anexo V – MODELO DE PROPOSTA

Anexo VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Anexo VII – MODELO DE DECLARAÇÃO (OPÇÃO PELO SIMPLES).

Anexo VIII- MINUTA DE CONTRATO

20.7 – O licitante não poderá negar o fornecimento do(s) produto(s) ao argumento de não possuí-lo(s) em estoque. A inadimplência no fornecimento poderá provocar o cancelamento do contrato.

20.8 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

20.9. A contratada será convocada para receber a Ordem de serviço parcelada correspondente ao crédito referentes aos respectivos objetos desta licitação, ou a mesma será encaminhada por FAX, na forma do disposto no caput do art. 64 da Lei 8666/93.

20.10. A Prefeitura de Muzambinho reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

20.11. A Prefeitura de Muzambinho de acordo o Decreto Municipal Nº 1483/2005, autoriza que ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta ao gerenciador, na forma de ordenamento jurídico. Ressaltando dentre as entidades do Município.

20.12. A Prefeitura de Muzambinho reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

20.13. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Rua Fausto Martiniano, 25, centro, Departamento de Compras e Licitação, ou pelo telefone (0xx35) 3571-1188 –



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ramal 231, no horário de 08:00 às 18 horas. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.14. É competente o foro do Município de Muzambinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Muzambinho(MG),25 de Junho de 2014.

Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

José Milton da Silva
Pregoeiro



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014**

**ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA**

Constitui objeto deste Termo a futura e Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos padronizados destinados a: Secretaria M. de Agricultura (SIM- Serviço de Inspeção Municipal) , bem como a Secretaria Municipal de Fazenda (Arrecadação e Fiscalização) ,conforme discriminado no edital e seus anexos

1. ESCOPO

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Cód.
1	3	Tl.	Auto de apreensão. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199 e 200 a 299. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.	16068
2	5	Tl.	Auto de infração. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199, 200 a 299, 300 a 399 e 400 a 499. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.	16067
3	2	Tl.	Auto de interdição e desinfecção. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099 e 100 a 199. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.	16069
4	2000	Un.	Ficha – ISSQN. Impresso em 01 cor (frente e	3978



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

			verso). Confeccionada em papel 180 gramas. Medida 26,5 x 16,5 cm.	
5	2000	Un.	Ficha Cadastro Imobiliário. Impresso em 01 cor (frente e verso). Em papel 180 gramas. Medida 32,5 x 46,2 cm.	16108
6	10	Tl.	Termo de vistoria. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199, 200 a 299, 300 a 399, 400 a 499, 500 a 599, 600 a 699, 700 a 799, 800 a 899 e 900 a 999. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª na cor amarela.	16066

1. OBJETIVOS ESPECIFICOS (justificativa fundamental):

Justifica-se a contratação em razão da inexistência de recursos próprios humanos, tecnológicos e materiais capazes de garantir condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do presente projeto, com vistas à plena e satisfatória culminação do interesse público em questão.

2. OBJETIVO INSTRUMENTAL (finalidade pragmática):

Os serviços previstos neste termo de referência pretendem suprir a necessidade de serviços gráficos padronizados para atender as demandas das Secretarias de Agricultura, bem como, a Secretaria de Fazenda (arrecadação e Fiscalização) da Prefeitura de Muzambinho. Os serviços a serem executados em caráter de prestação de serviço. Com entrega até 48(quarenta e oito) horas do recebimento do pedido.

3. META FÍSICA (universo a ser abrangido):

Consiste na execução indireta de serviço gráfico, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, onde se dará a escolha por menor preço unitário.

4. METODOLOGIA:

Para atender ao objeto deste termo, a executora dos serviços se obriga a realizar o serviço gráfico padronizado, atendendo a demanda existente do Órgão solicitante.

Serviço especializados na confecção de materiais gráfico para suprir a demanda operacional das Secretarias da Prefeitura de Muzambinho.

5. EXECUÇÃO (cronograma físico-temporal básico):

A execução será feita mediante ordem de serviço de acordo com a necessidade do órgão solicitante até 31/12/2014 com a celebração do devido contrato. Sendo que a ata de registro de preço terá sua validade por 12(doze) meses.

6. OBRIGAÇÕES DA EXECUTORA DOS SERVIÇOS (CONTRATADA):

I. Responsabilizar-se pela execução indireta dos serviços constante do escopo e objetivos deste termo de referência e projeto básico;

II. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições fiscais cujo fato impositivo esteja relacionado ao cumprimento da contratação objeto deste projeto;



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

III. Responsabilizar-se por todos os atos, omissos ou comissos que venham praticar, cabendo as respectivas indenizações em face desses e em favor do Município de Muzambinho, vindo a serem restituídos os valores pagos devidamente corrigidos.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I. Deverá apresentar um atestado de capacidade técnica, fornecidas por pessoas físicas ou jurídicas. No caso da responsabilidade da execução, deverá ser obedecido o disposto no § 10 do art. 30 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

8. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA (CONTRATANTE)

Efetuar o pagamento dos serviços prestados até 30(trinta) dias, prorrogáveis conforme a lei de licitações, após a emissão da nota fiscal, bem como disponibilizar todas as informações e insumos de responsabilidade direta exclusiva da administração pública necessária para a execução indireta.

9. PRAZO E PRODUTOS:

9.1. PRAZO:

Para o desenvolvimento dos trabalhos estipula-se o prazo de 48(quarenta e oito) horas, a contar da ordem de execução, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, se justificado, a critério da Administração, no limite legal.

9.2. PRODUTOS:

I. Emissão de planilhas, relatórios parciais por etapas, memoriais e demais manifestações visando a culminação dos objetivos e etapas elencadas neste termo de referência;

10. CONDIÇÕES ESPECIAIS:

a) A execução será de acordo com a ordem de serviço, com pagamento 15 (dias) dias após faturamento.

Muzambinho(MG), 25 de Junho de 2014.

***José Milton da Silva
Pregoeiro***



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014**

"MODELO"

ANEXO II - Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e alterações".

DECLARAÇÃO Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº/2014

....., inscrito no CNPJ nº

.....,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)

.....,
portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº

.....,
DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido Pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

(Papel timbrado da empresa)

Anexo III - MODELO DA DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa _____, C.N.P.J.
nº _____, sediada _____, declara,
sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua
habilitação no processo licitatório nº _____, PREGÃO PRESENCIAL nº _____/2014,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local de data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

**ANEXO IV - CREDENCIAMENTO
PROCURAÇÃO**

A _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere (m) amplo (s) e geral (ais) poderes para, junto ao Município de Muzambinho-MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial Nº _____, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de _____.

(Reconhecer firma)



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

ANEXO V – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Cód.	Marc a	Valor unitári o	Valor total
1	3	TI.	Auto de apreensão. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199 e 200 a 299. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.	1606 8			
2	5	TI.	Auto de infração. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199, 200 a 299, 300 a 399 e 400 a 499. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.	1606 7			
3	2	TI.	Auto de interdição e desinfecção. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas, numeradas na sequência 001 a 099 e 100 a 199. Confeccionados em 03 vias, carbonados,	1606 9			



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

			sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª via na cor amarela.				
4	2000	Un.	Ficha – ISSQN. Impresso em 01 cor (frente e verso). Confeccionada em papel 180 gramas. Medida 26,5 x 16,5 cm.	3978			
5	2000	Un.	Ficha Cadastro Imobiliário. Impresso em 01 cor (frente e verso). Em papel 180 gramas. Medida 32,5 x 46,2 cm.	1610 8			
6	10	Tl.	Termo de vistoria. Tamanho A4. Tinta preta. Blocos com 100 folhas numeradas na sequência 001 a 099, 100 a 199, 200 a 299, 300 a 399, 400 a 499, 500 a 599, 600 a 699, 700 a 799, 800 a 899 e 900 a 999. Confeccionados em 03 vias, carbonados, sendo a 1ª na cor branca, a 2ª na cor azul e a 3ª na cor amarela.	1606 6			

* Validade da Proposta _____

* Prazo de entrega _____

*Carimbo CNPJ

*Conta corrente:

_____/_____/_____

Assinatura do Representante Legal

Obs: As empresas interessadas em participar deste processo poderão conhecer os modelos do objeto acima, para isso deverão se encaminhar ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura com no mínimo três dias de antecedência ou então declarar em documento inserido no envelope de proposta estar ciente da descrição do objeto, estando sujeito a ônus, se for necessário reproduzir copias.

20



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº..../2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../2014
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Ao(s) dia(s) do mês de de 2014, na Prefeitura de Muzambinho, situada a Rua Praça Pedro de Alcântara Magalhães. 253, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 1483/2005 com suas alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial Nº para Registro de Preços Nº....., por deliberação do Pregoeiro, Ata de Julgamento de Preços, publicada no quadro de avisos da Prefeitura de Muzambinho e homologada pelo Exmo. Sr. Ivan Antônio de Freitas prefeito, a(s) folha(s) anexa(s) ao Processo nº/2014, RESOLVE registrar os preços para execução indireta de serviços gráficos padronizados, conforme especificado no Anexo I deste Edital, que passa a fazer parte desta, tendo sido classificadas a Proposta apresentada pela empresa, portadora do CNPJ/MF sob o nº, localizada na, nº, na cidade de, Estado de, classificada em primeiro lugar de acordo com resultado obtido na Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, anexa ao Processo, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

Fornecedor Registrado em 1º lugar, vencedor dos serviços, conforme Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, anexa ao processo, com o menor preço nos itens(.....R\$.....).

01 - DO OBJETO:

Constitui objeto deste instrumento a futura e Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos padronizados destinados a: Secretaria M. de Agricultura (SIM- Serviço de Inspeção Municipal) , bem como a Secretaria Municipal de Fazenda (Arrecadação e Fiscalização) ,conforme discriminado no edital e seus anexos.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Decreto Municipal nº 1483/2005, caso seja de interesse da Prefeitura de Muzambinho, desde que os preços estejam compatíveis com os de mercado.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura de Muzambinho não será obrigado a adquirir o(s) serviço(s) referido(s) nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº/2014.

II - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto Municipal nº 1483/2005 que instituiu o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital. do Pregão Presencial nº/2014 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

I - A Contratada executará a confecção de serviços gráficos, em horário comercial, em seu estabelecimento.

II - A Contratada executará os serviços no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com o (Termo de Referência Técnica), anexo ao Processo e emissão da Ordem de Serviço.

06 - DO PAGAMENTO

I - Contraprestação mensal, a medida do consumo.

II - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, em 30 (trinta) dias a contar da data em que for efetuado o recebimento definitivo pela unidade requisitante, e, emissão da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e visada pelos órgãos de fiscalização.

III - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá fornecer à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura de Muzambinho, o número de sua conta corrente bancária, agência e banco, para efeito de pagamento.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

II - Se a qualidade dos serviços executados não corresponder as especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a Administração Municipal comunicará à detentora para substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada execução deverá ser efetuada mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data,



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

o valor dos serviços, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os serviços deverão ser executados acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa executora, quando do recebimento da Ordem de execução dos serviços enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

VI - A cópia da ordem de execução dos serviços referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

VII - A empresa detentora da presente ata fica obrigada a aceitar o acréscimo ou redução de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

08 - DAS PENALIDADES

I - A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente. instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.

II - A recusa injustificada, das detentoras desta Ata, em retirar as ordens de fornecimento, dentro do prazo de cinco dias, contados da sua emissão, poderá implicar na aplicação da multa de 100% (cem por cento) do valor do documento de empenhamento.

III - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela nota de empenho, a Administração poderá aplicar, às detentoras da presente Ata, a penalidade, de dez por cento do valor remanescente da nota de empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato, ou de qualquer outra irregularidade.

IV - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados às detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Considerado o prazo de validade estabelecido no item I da Cláusula II, da presente Ata, e demais legislações pertinentes, e vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do Edital. do Pregão Presencial nº/2014, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

II - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie, mantendo-se o mesmo percentual do desconto da proposta original.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de serviço, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

* no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

A - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30(trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 08, caso não aceitas as razões do pedido.

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I - As execuções do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante, na oportunidade será informado a dotação orçamentária.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram esta Ata, o edital. do Pregão Presencial nº.../2014 e a proposta da empresa classificada no certame supranumerado, conforme Ata de Reunião de Julgamento de Propostas anexa ao presente instrumento.

II - Fica eleito o foro desta Comarca de Muzambinho-MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Muzambinho(MG, .../.../....

Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

NOME DA EMPRESA:
CNPJ/MF:
Representante Legal:
C.P.F/MF:



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO
(OPÇÃO PELO SIMPLES)

_____, com sede a

_____,
na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto na
Portaria MF nº377, de 04 de outubro de 1999, que:

1- se enquadra como pessoa jurídica sujeita ao regime tributário de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14/0122006, e II – o signatário é representante legal desta pessoa jurídica e está ciente de que a falsidade na prestação desta informação o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1, da Lei 8.137/1990).

Data: _____

Empresa:

Nome:

CPF:

Administrador

assinatura

obs: esta declaração deverá acompanhar o envelope 02 - Habilitação



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 0465/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

A PREFEITURA DE MUZAMBINHO-MG, com sede à Praça Pedro de Alcântara Magalhães, 253, centro, Muzambinho, MG, CGC 18.668.624/0001-47, isento de inscrição estadual, neste ato representada pelo seu Prefeito Ivan Antônio de Freitas, e a _____ (qualificação completa do licitante vencedor) firmam o presente instrumento conforme previsto no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº _____**, na Lei no 10.520, de 2002, e Decreto Municipal nº 1483 de 14 de Dezembro de 2005 no que couber na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, subsidiariamente nas normas da Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores bem como nas seguintes cláusulas e condições:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente CONTRATO a futura e Eventual a prestação de serviços gráficos padronizados destinados a: Secretaria M. de Agricultura (SIM-Serviço de Inspeção Municipal), bem como a Secretaria Municipal de Fazenda (Arrecadação e Fiscalização), conforme discriminado no edital e seus anexos

II – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2014.

III – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Executar os serviços atendendo as especificações contidas neste Edital.

Parágrafo primeiro - A licitante vencedora deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente edital seus anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos serviços entregues.

Parágrafo segundo - A contratada deverá corrigir falhas nos serviços executados, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a contratante.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo terceiro - Os serviços deverão ser entregues acompanhados da nota/fatura fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do serviços, número da nota de empenho e ordem de fornecimento e a quantidade dos respectivos itens.

Parágrafo quarto - As quantidades informadas na planilha deste instrumento convocatório são estimadas, portanto o Município poderá alterá-las, de acordo com as suas necessidades e/ou conveniência, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados.

IV - PREÇO

CLÁUSULA QUARTA: O valor do presente contrato será de R\$ _____
(_____).

Parágrafo único: Dentro do prazo de validade do contrato os preços não sofrerão reajustes.

V – DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA: Os pagamentos serão efetuados posteriormente à efetiva entrega dos serviços, ficando condicionado à apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável pelo local onde os serviços forem entregues e/ou Secretaria requisitante observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, considerando todas as retenções previstas em Lei em até 30 (trinta) dias úteis da data da emissão da nota fiscal.

Parágrafo primeiro: O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo (a) contratado (a) no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEXTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária 2014:

02.12.122.0401.2.172.3390-39;02.06.04.123.0410.2.040.3390-39

OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações do (a) **CONTRATADO (A)**, sem que a elas se limitem:



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) - A CONTRATADA se obriga a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.
- b) – A contratada deverá substituir os serviços que estiverem em desacordo com o objeto deste em até 48 (quarenta e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.**
- c) - Cada execução deverá ser efetuada mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por ordem de serviços, devendo dela constar: a data, o valor dos serviços, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.
- d) - Os serviços deverão ser executados acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.
- e)- A empresa executora, quando do recebimento da Ordem de execução dos serviços enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- f) - A cópia da ordem de execução dos serviços referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.
- g) - A empresa contratada fica obrigada a aceitar o acréscimo ou redução de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.
- h) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços executados.
- i) Manter, durante a execução do objeto licitado, as mesmas condições de habilitação.
- j) Comunicar à Prefeitura, por escrito, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo da contratação, bem como apresentar documentos comprobatórios.
- l) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do responsável pelo órgão solicitante, encarregado de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VIII – DAS MULTAS

CLÁUSULA OITAVA: O(A) **CONTRATADO(A)**, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8666/93, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) caso ocorram pequenas irregularidades: advertência
- b) por atraso na entrega dos serviços: multa de 5% do valor total da mercadoria, por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias;



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) descumprimento de obrigação contratual, exceto a prevista na letra *b*: multa de 10% do valor total do contrato;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
- f) atraso na entrega do (s) serviços (s) por mais de 10 (dez) dias: multa de 10% sobre o valor total da mesma e podendo acarretar a anulação da contratação.

IX - DA RESCISÃO

CLÁUSULA NONA: O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) razões de interesse público;
- b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) falta grave a Juízo do Município;
- d) falência ou insolvência;
- e) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;
- f) mudança na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- g) não entregar os serviços no prazo previsto;
- h) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- i) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do acordo entre as partes;
- j) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município;
- h) - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do instrumento com as conseqüências nele estabelecidas e as previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93. Rescindido o contrato por culpa exclusiva do (a) **CONTRATADO (A)**, sofrerá este, além das conseqüências previstas neste instrumento, mais as determinadas em Lei ou regulamento.



PREFEITURA DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA – Para garantia das obrigações decorrentes do objeto do presente contrato, fica facultada ao **CONTRATANTE** a solicitação, ao (à) **CONTRATADO (A)**, de garantia de execução contratual, de acordo com as modalidades previstas no art. 56, §1º da Lei Federal nº 8666/93, no valor de 5%, do total a ser contratado, com prazo de validade até o término da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O (A) **CONTRATADO (A)** reconhece os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93.

XIV - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O **CONTRATANTE** poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do (a) **CONTRATADO (A)**.

XV - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Qualquer alteração contratual deverá ser feita de forma expressa, mediante Termo Aditivo.

XVI - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os casos omissos oriundos deste instrumento serão supridos pela aplicação do disposto na Lei Federal nº. 8666/93 e alterações.

XVII - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O presente contrato está vinculado ao Processo da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____**.

XVIII - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Muzambinho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, junto com as testemunhas abaixo nomeadas.

Muzambinho(MG), ____ de _____ de 2014 .

Contratado

Contratante _____
Testemunhas _____



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Muzambinho(MG), 25 de Junho de 2014.

Senhor Prefeito Municipal,

O Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei 8666/93 e alterações posteriores estabelecem que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, deverão ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Administração, portanto, solicito a V.Sa. que submeta o presente processo, à apreciação da Dra. Paula Del Gáudio Bócoli, Procuradora Geral do Município, para emissão de Parecer.

Atenciosamente,

José Milton da Silva
Pregoeiro